

RADAR FEMINISTA

NO CONGRESSO NACIONAL

05 de abril de 2022



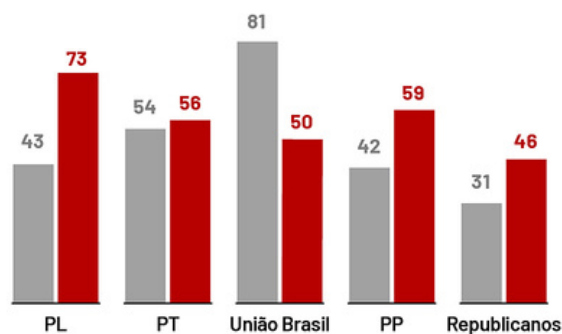
Começou nesta segunda, 4 de abril, em Brasília o [18º Acampamento Terra Livre \(ATL\)](#), em Brasília. Com o tema “Retomando o Brasil: Demarcar Território e aldear a política”, o ATL será um ponto de encontro para os movimentos, organizações e coletivos até o dia 14 de abril. A luta é pela terra, pelos bens naturais e pela soberania dos povos indígenas do Brasil.

No Congresso, nós, mulheres, sofremos uma grande derrota com a aprovação da [PEC 18/2021](#), que agora vai à sanção. Sem ouvir as questões levantadas pelas organizações e movimentos de mulheres, o Congresso aprovou a anistia aos partidos que não cumpriram a cota de 30% de candidatas até o momento da aprovação da própria PEC. E, além disso, fixa a cota nessa porcentagem. Avançar em direitos através de uma PEC para nós é sempre difícil, mas nos impressiona como quando se trata de um retrocesso, parece fácil aprovar um projeto desse tipo.

A composição da casa é um pouco diferente agora do que era há algumas semanas. **Pelo menos 25% dos 513 deputados federais com mandatos em exercício aproveitaram a janela partidária.** O PL, partido do presidente, se tornou o maior partido, com 73 cadeiras. O PP também cresceu. O [Brasil de Fato](#) fez um gráfico com a diferença de tamanho dos principais partidos.

Trocas na Câmara por partido*

até 01/04, às 22h



* Partidos com as maiores bancadas
Fonte: Câmara dos Deputados

Brasil de Fato

No entanto, os números ainda podem mudar, porque apesar de ter acabado o prazo, os partidos não são obrigados a comunicar imediatamente as mudanças.

Em pauta na semana

04 a 07 de abril

Entrou na pauta do **Plenário da Câmara** desta semana o [PL 4251/2021](#), do Deputado Bosco Costa, institui o Programa Nacional de Proteção e Apoio à Mulher vítima de violência doméstica ou familiar (PROMULHER). A relatora é a deputada Vivi Reis (PSOL/PA).

E a Comissão Externa sobre violência doméstica contra a mulher vai realiza na quinta-feira, 7, a Audiência Pública Tema: Prevenção eficaz da violência contra a mulher e Femicídio.

No **Senado**, o tema da alienação parental está na pauta. O [Projeto De Lei 634/2022](#) (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS 19/2016), do Senador Ronaldo Caiado, tem relatoria da senadora Rose de Freitas.

E um projeto antigo, da ex-deputada Laura Carneiro, entrou na pauta do Senado também. O [Projeto de Lei 2099/2019](#) altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para compatibilizá-la com a Lei nº 12.127, de 2009, que criou o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.

Nas comissões do Senado, avançam alguns projetos do nosso interesse. O [PLS 205/2018](#), por exemplo – que obrigada a divulgação pelas empresas com mais de 250 empregados da diferença de salários entre trabalhadores homens e mulheres – está na Comissão de Assuntos Sociais.

E na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), consta na pauta a PEC que trata da aposentadoria das mulheres mães. É a [PEC 24/2021](#) – Nilda Gondim (MDB-PB) e outras. O projeto sobre aumento de pena pelo assédio sexual promovido por autoridade superior à vítima ([PLS 287/2018](#)). E o [PL 1822/2019](#), que trata de Processos de Lei Maria da Penha correrão em segredo de justiça.

Resultados da semana

28 a 31 de março

Tivemos a aprovação das **Regras para financiamento de candidaturas femininas PEC 18/2021**. De autoria do senador Carlos Fávaro, altera o art. 17 da Constituição Federal para impor aos partidos políticos a aplicação de recursos do fundo partidário na promoção e difusão da participação política das mulheres.

Trata também da aplicação de recursos desse fundo e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e a divisão do tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão no percentual mínimo de 30% (trinta por cento) para candidaturas femininas. A PEC deve ser promulgada essa semana.

No Senado Federal, foram aprovados o [PL 6554/2019](#), sobre o atendimento às mulheres com câncer e que agora vai à sanção. E o [PRS 36/2021](#), sobre a Inclusão de senadoras mulheres nas comissões, que agora vai ser promulgada.

[Lei nº 14.321, de 31 de março de 2022](#)

Publicação DOU 01/04: Altera a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, para tipificar o crime de violência institucional.

[Lei nº 14.320, de 31 de março de 2022](#)

Publicação DOU 01/04: Institui o Dia Nacional de Conscientização das Doenças Cardiovasculares na Mulher, a ser celebrado no dia 14 de maio.

Novas propostas apresentadas

Empresa Amiga da Mulher

Passado o 8 de março, o número de propostas apresentadas no campo das mulheres caiu um pouco. O deputado Alexandre Frota (PSDB/SP) apresentou o [PL 738/2022](#), que institui o Selo Empresa Amiga da Mulher para empresas públicas e provadas em todo o país.

Assédio Sexual

O [PL 778/2022](#) (que já foi apensado ao PL 6988/2002), de autoria da Renata Abreu (PODEMOS/SP), acrescenta artigos ao Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar, para tipificar o crime de assédio sexual, perseguição (stalking) e de violência psicológica contra a mulher.

Homeschooling

O Pastor Eurico (PATRIOTA/PE) apresentou o [PL 776/2022](#), que institui o Dia Nacional da Educação Domiciliar (Homeschooling)

Luto da Democracia

E o Deputado Paulo Ramos (PDT/RJ) apresentou um projeto bem interessante. O [PL 796/2022](#) institui o dia 31 de março como o Dia de Luto Nacional da Democracia.

Participação social

No **Senado**, Rose de Freitas (MDB/ES) apresentou o [PL 768/2022](#), sobre a participação de instituições da sociedade civil na definição das políticas de segurança relativas ao Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Heroína da Pátria

E Eliziane Gama (CIDADANIA/MA) apresentou o [PL 761/2022](#), que inscreve o nome de Maria José Camargo Aragão no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Vale a pena conferir!

A **Rádio Novelo** lançou o [podcast Crime e Castigo](#), sobre Justiça no Brasil.

A **Agência Patrícia Galvão** publicou um [novo relatório](#) da pesquisa sobre percepções do Aborto no Brasil. 87% das pessoas são a favor do aborto em casos de estupro.

5



Radar elaborado pela equipe do [Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA](#), a partir das informações fornecidas pela [Contatos Assessoria Política](#) e dos sites da [Câmara](#) e do [Senado](#).